

# UMA LUZ SOBRE EPISÓDIOS COEVOS DE ANTÓNIO SÉRGIO

JOÃO SALAZAR LEITE  
FEVEREIRO/MARÇO DE 2015

## **Prefácio**

Longe de mim pensar que estou a cimentar qualquer verdade. Quando se entra na idade, muito do que se diz é atribuído à falta de frescura, e muito mais é perdoado.

Por isso, esta ambição de ver um escrito meu, por mais superficial que seja, ser futuramente completado por alguém outro, que se disponibilize para responder ao que fica sem resposta, a ir procurar a verdade diretamente a fontes que estejam fora do Google ou da Biblioteca sergiana depositada na Casa António Sérgio, é-me permitida.

O espólio de Sérgio está espalhado por vários acervos. A sua consulta implicaria deslocações e tempo que o meu trabalho neste momento me não permite. Pode ser que quando o Estado me libertar do tempo de serviço sempre em crescendo, e se a saúde me permitir, volte a estes assuntos surgidos de um conjunto de acasos e de vontades.

E pode ser também que outro mais disponível pegue nas pontas soltas deixadas e as ate com maior propósito que o que aqui fica.

Longe de mim pensar que a releitura do que há 40 anos comecei a conhecer me iriam levar a este trabalho. Quatro décadas de trabalho com cooperativas e para as cooperativas será algo que poucos irão reivindicar. Ter ainda a vontade de escrever sobre cooperativas é sinónimo de satisfação pessoal. Deixar a mensagem de que vale a pena aos que certamente se seguirão nesta senda, porque o objeto é cada vez mais atual, assim o cremos nós e cada vez mais outros, cá e no estrangeiro, sejam meros funcionários ou praticantes cooperativos, sejam o Papa Francisco ou ex-primeiros ministros ou responsáveis políticos e gurus económicos da moda, é evidência que se espera ser interiorizada pelo maior número.

Para tal o meu contributo será maior ou menor consoante quem me ler e melhor compreender o que quis deixar com este simples trabalho.

Deixo-o dedicado a Eduardo Graça e a Sónia Queiroga. Sem o saberem foi deles o impulso.

Debati-me com a escolha do título, porque tudo tem que o ter, mesmo que apenas para catalogação ou por marketing.

Pôr-lhe apenas mistérios sergianos, a intenção inicial, revelou-se redutor, porque acabei por escrever sobre muitos outros decorrentes dos primeiros e sobre outras matérias e obras de alguns contemporâneos que, creio, trazem nova luz sobre a obra cooperativa de Sérgio.

Mistério significa, por exemplo, abismo, arcano, bruma, coisa, desconhecido, escuridão, oculto, segredo, sombra. Decifrá-lo é proporcionar o azul celeste, dar a conhecer, revelar e elevar. É também educar, palavra tão querida a Sérgio, e, como disse, motivar terceiros.

Acabei com um título pomposo, mas pelo que deixo dito, compreensível ou perdoável.

## 1. Mistérios à guisa de Introdução

A CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social lançou em 2015 um projeto de dinamização da Casa António Sérgio, assente em dois eixos principais: potenciar o arquivo epistolar de António Sérgio, até aqui ainda não tratado; e realizar um conjunto de palestras sobre temas ligados à obra e à casa de António Sérgio, emulando as tertúlias que o próprio Sérgio mantinha aos fins de semana no seu domicílio, quer com vultos da cultura portuguesa, quer com cooperativistas.

A preparação para as sessões tertulianas e o progressivo emergir de documentação inédita sobre a vida e obra de Sérgio, aliadas ao anterior tratamento do Boletim Cooperativista que Sérgio fez publicar a partir de 1951(1), e que me levaram a escrever quatro livros entre 2012 e 2014,(2) fizeram-me progredir no Sérgio cooperativista e passar a questionar alguns ‘mistérios sergianos’, mistérios ligados ao tempo histórico, ou à própria personalidade do autor e consequências repercutidas no percurso do doutrinador e ator cooperativo que foi.

Na preleção sobre a vida e obra cooperativa de Sérgio, que tive a honra de fazer na tertúlia inaugural (3), pude referir-me ao mistério da não passagem do Boletim Cooperativista pelo exame prévio, vulgo ‘censura’, feito pelas instituições do dito antigo regime.

Sendo Sérgio um conhecido opositor ao regime, recém patrocinador em 1948 da candidatura de Norton de Matos, como se compreende que três anos depois ao lançar o Boletim a polícia política não tenha exigido que a folha informativa inicial, depois alargada para uma publicação de bastantes mais páginas de teoria, prática e informação cooperativa e social, passasse pela aprovação prévia sobre o que nela vinha escrito?

Sobre o assunto escreveu Faustino Cordeiro (4), diretor do Boletim na fase da UNICOOPE (União Cooperativa Abastecedora), por nós questionado sobre se tinha explicação para o mistério:

*“Na verdade, desde o início da sua publicação em 1951 que o boletim não era enviado antecipadamente à Comissão de Censura, embora nos recordemos que, aquando da publicação de qualquer número, eram sempre enviados dois exemplares àquela entidade. Todavia, no mês anterior à inserção do nosso nome como diretor, a UNICOOPE foi convocada pela Comissão de Censura para explicar qual a razão de o boletim não ser enviado previamente àquela entidade tal como qualquer publicação periódica portuguesa estava obrigada a proceder. Coube-nos, na qualidade de Secretário-Geral, ir explicar as razões porque a UNICOOPE o não fazia.*

*Ao sermos recebidos por um coronel que fazia parte dessa Comissão, explicámos que tanto quanto sabíamos, há dezassete anos antes, António Sérgio tinha sido autorizado a publicar o boletim sem ser necessária a exigência de censura prévia. Na nossa presença o censor procurou um dossier antigo e referiu-nos que essa autorização tinha sido dada por três meses conforme estaria num documento arquivado nesse dossier. Claro que respondemos que tínhamos agido de boa-fé pois a Censura não podia ignorar a sua publicação nestes anos passados visto que os seus serviços tinham recebido sempre dois exemplares dos números publicados.*

*Em resposta, o tal coronel disse-nos que a partir de agora tinha de haver um diretor responsável pois sabia que já não era Sérgio a coordenar. Foi assim que o nosso nome passou a constar da sua ficha técnica a partir do número atrás referido.”*

Esqueceu-se a Comissão da censura ou haveria um ‘padrinho’ por detrás da situação de livre publicação? Sérgio tinha uma fotografia de Salazar e Cerejeira no seu espólio. Diz-nos a família que haveria uma amizade com o Cardeal, mormente decorrente da atividade de Luísa Sérgio na Igreja. Ou seria que Marcelo Caetano, cunhado de Henrique de Barros, um dos tertulianos assíduos, teria intervindo?

Se nos primeiros tempos o Boletim quase que exclusivamente focava temas cooperativos, mais tarde, coincidindo com a decisão de Sérgio, claramente com propósitos sociopolíticos, de fomentar a criação de secções culturais e de mulheres nas cooperativas de consumo, ele passou a incluir extratos de obras de escritores portugueses de renome, muitos deles comunistas, donde se estranha ainda mais a atuação das organizações repressivas do regime. Pergunta-se assim, legitimamente, se a polícia política tinha alguém de confiança dentro ou próximo da publicação, ou se pela relativamente reduzida circulação do boletim, ela se poderia dar ao luxo de usá-lo para melhor conhecer posições políticas de alguns dos colaboradores do Boletim, atuando sobre eles melhor ‘municipiada’ fora do campo da publicação periódica.

Não sei se algum dia a verdadeira resposta à questão nos chegará, mas outros ‘mistérios’ existem no percurso de Sérgio junto das cooperativas portuguesas.

Dois exemplos:

Por que razão é que, pouco tempo depois de lançar o Boletim Cooperativista, António Sérgio partiu para iniciativa do mesmo tipo no Ateneu Cooperativo?

Se olharmos para a sua primeira obra não opuscular, uma introdução do ‘Programa Cooperativista’ de Charles Gide, editada em 1937, será que Sérgio, já com 54 anos, só se dedicou ao cooperativismo em fase muito adiantada da sua vida?

2015 marca o centenário da edição de uma das principais obras de Sérgio, a ‘Educação Cívica’. Relido o texto, apreciadas as propostas que formula e impressionado que fiquei pela clarividência do autor, cheguei a uma conclusão que creio não poder ser discutida. Sérgio desconhecia o ‘cooperativismo’ na altura em que escreveu o livro, ou pelo menos ainda o não reconhecia como sistema socioeconómico adequado ao Portugal da segunda década do século passado.

Na altura em que escreveu existiam já muitas cooperativas de consumo, de produção e de crédito agrícola, mas Sérgio ainda não teorizava sobre o contributo delas para a sociedade lusa. A primeira cooperativa lusa fora a Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas, de 1858 e temos ainda a funcionar algumas cooperativas com mais de 100 anos.

A razão principal para a nossa conclusão prende-se com o modelo de participação cívica de alunos, professores e restantes stakeholders escolares que defende no livro: o self-government e o self-support (self-control) conducentes à República Infantil. E a escola-município (ele preferiu escrever município-escola), que mais não é do que uma ‘cooperativa escolar’ tal como a conhecemos hoje. Em trabalho posterior ele já desenvolve o modelo de cooperativa escolar.

Esse trabalho posterior é o ‘Sobre a Educação Primária e Infantil’, que data de 1938 (Cadernos Culturais da Editorial Inquérito).

Dele citamos:

*“Estávamos em 1923. Nesse mesmo ano, em França, dava-se um acontecimento que me interessava muito. Sob a inspiração do Inspetor Profit, instituía a diretora de uma escola primária (em Saint Jean d’Angely) – a primeira cooperativa escolar.*

*Interessava-me tanto esta nova ideia, não só pelo que de início em si já era como instrumento de realização pedagógica (no sentido mais restrito desta palavra), mas por aquilo que poderia ser – desenvolvida e aprofundada – como instrumento de renovação social.*

*Que é então uma cooperativa escolar?*

*Na ideia básica é uma associação – sugerida pelos professores, mas criada pela iniciativa dos estudantes, - composta dos alunos, antigos alunos e amigos de uma escola, com o escopo principal de dotar esta última do material escolar e das instituições competentes para vitalizar e modernizar o seu ensino, e fomentar a atitude da solidariedade.*

*Os recursos financeiros para esta obra obtém-nos a cooperativa pelas quotizações dos sócios e pelo trabalho dos estudantes, a saber: festas escolares e venda de objetos que eles fabriquem nos seus trabalhos manuais, bem como a dos variados produtos agrícolas que no horto escolar se cultivarem.*

*Encarada a cooperativa escolar à luz dos efeitos que possa ter na educação geral solidarista, todos os aspetos da cooperativa se me antolham igualmente bons. E não unicamente pela educação geral, mas pela educação cívica propriamente dita (os corpos dirigentes da cooperativa são eleitos pela pequenada) e outrossim pela instrução, visto que para administrar a cooperativa é necessário escrever a fornecedores, calcular, escriturar, informar-se, e estudar práticas agrícolas, trabalhos manuais, etc., bem como as noções de carácter científico que com estes trabalhos se relacionam.*

*Porém, atrai-me em especial na cooperativa escolar quanto possa constituir uma educação direta para a administração das cooperativas de gente adulta: e parece-me estranho neste último caso a venda dos objetos manufaturados nos trabalhos manuais e dos produtos agrícolas do horto da escola, bem como a produção cooperativa dos mesmos objetos e produtos.”*

Em Portugal não existe um movimento de cooperativas escolares tal como idealizado por Sérgio (5). Há escolas cooperativas, melhor escolas que recorrem ao modelo jurídico da cooperativa para se constituírem, mais do que escolas que recorrem à cooperativa como forma de organização das turmas. O mesmo não acontece, por exemplo, aqui ao lado na Andaluzia, onde os dados mais recentes (2014) da Associação Andaluza de Centros de Ensino da Economia Social (ACES) apontam para 190 colégios com 345 cooperativas escolares envolvendo 8000 alunos/participantes.

Muito ao jeito dos ideais sergianos o modelo andaluz visa que o aluno desenvolva atividades empreendedoras com autonomia pessoal, liderança, inovação e capacidade empresarial para alcançar os seguintes pilares:

- desenvolvimento de capacidades empreendedoras e de tomada de decisões;
- trabalho em equipa, que promova condutas de colaboração e superação de conflitos;
- conexão entre a escola e o mundo laboral e empresarial;

- valorização do empreendedor e empresário como motor de futuro;
- contexto criativo, cultural, lúdico e motivador da aprendizagem;
- aplicação das novas tecnologias e da inovação no mundo criativo, social e cultural.

Refira-se também, que todos os anos os alunos das cooperativas escolares andaluzes comparecem em feiras provinciais e numa feira anual para se conhecerem mutuamente e poderem vender o que produzem anualmente nas cooperativas escolares respetivas.

Mas, para o nosso mistério, o livro ‘Sobre Educação Primária e Infantil’ é importante a outro nível.

Nele, Sérgio escreve que, quando foi episódico Ministro da Instrução Pública, tentou convencer o 1º Ministro e seu colega seareiro Álvaro de Castro, a fazer algo de decisivo pelo desenvolvimento das cooperativas. Assim sendo, antecipa-se em mais de uma década a defesa dos ideais cooperativos por Sérgio, e muda-se a ideia generalizada de que somente após o exílio francês (1927/1933) ele se apercebeu das vantagens que o modelo cooperativo possuía para uma verdadeira democracia social e económica no país (6). A França, e nela a escola de Nimes, cujo fundador Charles Gide morreria precisamente por alturas do regresso de Sérgio a Portugal, ter-lhe-á assim dado a certeza de que os ideais que conhecera nos anos 20 mereceriam ser implementados e impulsionados.

Outra pista que nos permitirá crer que Sérgio já estaria nos anos 20 a par do cooperativismo é a da Seara Nova, a cuja redação Sérgio pertenceu.

A Seara teve um ‘Programa de Ação’, que se supõe datar de 1922, no qual se lê (citamos, a partir de Hipólito dos Santos, uma notícia de 1985 saída no Diário Popular):

*Preconiza-se “a progressiva socialização dos meios de produção e de troca, por meio da livre iniciativa dos consumidores associados, intensamente auxiliada pelo Estado, sendo a Cooperativa de Consumo, produtora para os seus próprios sócios, considerada não só como órgão definitivo numa economia socializada mas também uma escola onde se treinam os trabalhadores para o governo económico da Sociedade”.*

Isto é Gide puro, logo Sérgio terá sabido das suas teorias antes de se exilar em França.

Sérgio foi ministro apenas durante 73 dias, entre 18 de Dezembro de 1923 e 28 de Fevereiro de 1924. Não terminou bem aquilo a que Rogério Fernandes chamou “ *a confrontação episódica do ideal do intelectual idealista com as rugosidades de um «real político» exposto à sua intervenção direta*”. Também João Maria de Freitas Branco escreve: “*António Sérgio era um apaixonado e talentoso pensador da política, mas não um político talentoso; não um homem de ação política interventiva à maneira de um hábil líder partidário ou de um estadista carismático.*”

Sérgio foi suficientemente lúcido para o reconhecer, mas para saber, também, que a sua ação política se podia fazer fora dos Governos. Foi o que fez, e é nessa ação que consideramos estar a resposta ao segundo dos exemplos atrás referido.

Sérgio planeou e impulsionou o Boletim Cooperativista, mas este não era uma plataforma de ação política, nenhuma base para federar forças organizadas, ou franco-atiradores delas expulsos, e disponíveis para combater o regime, mesmo fora delas.

Sérgio não se deu muito bem com os dirigentes do partido que ideologicamente dele estava mais próximo, o Partido Socialista Português. Ciente estava, pois, de que alianças com gente saída de outras áreas políticas, em litígio ou expulsas, poderia ser por ele enquadrada para agir politicamente, a partir de uma intervenção pela palavra e pela pena, ou sempre que possível pela ação concreta, aquilo a que hoje chamaríamos um movimento da sociedade civil não enquadrada. E estaria desgostoso pelo ‘assalto’ do PCP ao Boletim Cooperativista, ao levar os quadros dirigentes de cooperativas mais ativos e nele filiados a, junto dos jovens ‘fazedores’ do Boletim, criar o que se chamou de seu ‘Gabinete de Vigilância’(7).

Uma dessas pessoas desalinhas, que completou o pensador com os seus dotes de organizador foi José de Sousa. E nasceu da colaboração dos dois a publicação ‘Cooperação’, Boletim Interno do Ateneu Cooperativo.

## **2. Quem foi e que fez José de Sousa com Sérgio**

Viveu José de Sousa, resistente ao Estado Novo, entre 1898 e 1967. Foi secretário geral das Juventudes Sindicalistas (anarquistas) e depois fundador e primeiro secretário geral da Federação das Juventudes Comunistas, em 1921. Acompanhou Bento Gonçalves na reorganização do PCP de 1929 e liderou o partido aquando da primeira prisão deste (1930/33). Fundador e secretário geral da Comissão Intersindical, em 1930, foi o responsável do lado do PCP pela revolta operária de 18 de Janeiro de 1934. Com Bento Gonçalves e Júlio Fogaça, que em 1935 formavam o secretariado do PCP, foi preso e deportado para o Tarrafal onde esteve 9 anos. Em 1943 é expulso do PCP (ainda no Tarrafal) por ter condenado o pacto entre a Alemanha nazi e a URSS, de 1939.

Nunca deixou de ser comunista, e após a sua libertação em 1945, encontrou apoio nomeadamente em Sérgio, com ele organizando o Ateneu Cooperativo, espaço cooperativo de resistência que reuniu comunistas, socialistas, anarquistas e outros resistentes. O Ateneu foi construído sobre a ‘moribunda’ Fraternidade Operária de Lisboa, cooperativa lisboeta saída da decisão de transformar em cooperativas as secções do Partido Socialista Português, decisão tomada na Conferência de Coimbra de 1933 pela direção de Alfredo Franco.

O papel de José de Sousa e a sua ligação com António Sérgio aparece-nos relatado no livro de Memórias de Emídio Santana e no trabalho sobre este de Salgado de Matos para a Análise Social, volume XVII de 1981 - 3º e 4º, mas sobretudo em ‘Maneiras Cooperativas de Pensar e Agir’ de José Hipólito dos Santos, publicado em 2009 nas edições Universitárias Lusófonas. Hipólito dos Santos conheceu parte da história por dentro, e parte dela por a ouvir contar a outros, como confessa a páginas 105.

Nas entrevistas que Luís Salgado de Matos fez a Emídio Santana, este anarquista e cooperativista, por várias vezes se refere ao papel de José de Sousa nas lutas sindicais e operárias dos anos 1920.

Abro espaço para referir uma recordação de Santana: ter assistido a uma conferência de António Sérgio na Universidade Popular, em 1919, sobre ‘As canções da Marinha francesa’. Sérgio que foi marinheiro porque o haviam sido seu avô e seu pai, mas que abandonou a arma em 1910.

Mas é nas ‘Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista’, passagem referida por Hipólito dos Santos, que Santana escreve:

*“Chega-me uma notícia: O José de Sousa queria ver-me e falar (...) Muitas vezes nos defrontámos em assembleias sindicais (...) Já sabia que fora irradiado do partido no Tarrafal (...) e que tinha aderido a um partido socialista que se formara na base da campanha eleitoral de Norton de Matos (Partido Social Operário). Era um militante de grande capacidade organizadora e experimentado em muitos anos de atividade (...). Encontrámo-nos (1953) no Café Bom, na Betesga (...) Depois da afabilidade de um reencontro, José de Sousa surpreende-me pelas declarações que francamente me faz, (...) Não podes fazer ideia, tu que me conhecestes estalinista convicto, do esforço que tive de fazer para arrancar de mim todos os prejuízos dessa mentalidade! Não deixei de ser marxista, mas reconheço que o socialismo não se pode construir a chicote!”*

Quem queira desenvolver os acontecimentos cooperativos no Estado Novo, e neles as relações entre Sérgio e José de Sousa, não pode deixar de se socorrer do trabalho quase biográfico de Hipólito dos Santos.

É aí que se faz a história do desaparecimento da Federação das Cooperativas de Consumo por volta de 1924, do ataque ao cooperativismo dos primeiros anos do antigo regime por influência dos lobbies privados, depois corporativos, que o sustentavam (a famosa lei de 1933 contra as cooperativas, a que voltaremos), que se vê nascer e desaparecer a Comissão Coordenadora das Cooperativas de Lisboa e Arredores nos anos 1940, e o posterior nascimento da UNICOOPE em Dezembro de 1955.

É aí que, em nota de pé de página, são referidas as memórias do filho de José de Sousa, que em pequeno se lembra de ver ‘um senhor de porte aristocrático sair de sua casa’.

É aí, também, que se dá nota da aliança consumada entre os socialistas próximos de Sousa e os anarco-sindicalistas de Emídio Santana para transformar a Fraternidade Operária/Ateneu num corpo ativo de propaganda cooperativa e de ação política subterrânea. Sérgio pairaria acima de todos como lastro ideológico, que os seus 70 anos de vida impunham.

A José de Sousa teremos um dia que voltar.

### **3. Doutrinadores Cooperativos pré António Sérgio**

É também em Hipólito dos Santos que vemos referidos alguns trabalhos de outros portugueses sobre temática cooperativa (também os encontramos em ‘Doutrinadores Cooperativistas Portugueses’ de Fernando Ferreira da Costa), e que nos permitem fazer uma afirmação que poderá parecer polémica: não foi Sérgio o introdutor de muitas das ideias que ainda hoje constituem o programa cooperativo de ação ou de reivindicações por concretizar. Nem sequer foi ele que introduziu a Escola de Nimes e seus principais autores no circuito dos dirigentes mais doutrinados das cooperativas nacionais.

O que pode ser creditado a Sérgio foi ter pegado nas diferentes ideias e a partir delas ter construído um todo coerente, um programa de ação. E, claro, Sérgio pelo seu percurso como democrata, político, filósofo, educador, ensaísta, historiador, possuía um peso

intelectual muito superior aos seus antecessores, logo chegou mais longe, mais fundo e com maior cimento e perenidade. Sérgio construiu uma Escola à sua volta, os seus seguidores, os tertulianos das manhãs de domingo na sua casa, propagandearam ideias e aplicaram-nas na prática sempre que possível. E dois deles, Henrique de Barros e Ferreira da Costa estavam nos lugares certos para, mudado o regime, procurarem fazer do programa de Sérgio o programa cooperativo do regime político saído da revolução de Abril, depois consagrado na Constituição da República Portuguesa. Não existe tratamento do cooperativismo igual a nível mundial, designadamente pela estatuição de um setor cooperativo de propriedade dos meios de produção, independente dos setores público e privado, e dotado de legislação específica, o Código Cooperativo, uma vez retiradas as cooperativas do Código Comercial, onde estavam desde 1888.

Interessam-nos aqui três desses doutrinadores: Fernando Emygdio da Silva, Raul Tamagnini Barbosa e António Maria Godinho.

Outros mais apoiantes cooperativos poderiam ser citados, como Nuno Rodrigues dos Santos, que depois de Abril foi personalidade relevante no Partido Popular Democrático, maçom destacado de quem a Seara Nova publicou uma conferência em 1937, intitulada ‘Considerações sobre Cooperativismo’. Nela limita-se a divulgar a obra de Gide, mas inclui uma passagem que se entende dever reproduzir:

*“Eis que surge a oportunidade de falarmos de Cooperativismo. Porquê? Porque o Cooperativismo é a revolução social realizada pacificamente. É a revolução social obtida sem extorsões violentas, sem apropriações duras, sem imposições de qualquer espécie; feita à margem do Estado – e apenas com a sua simpatia – pela ação tenaz, inteligente e conjugada dos indivíduos. Aí reside a sua fundamental virtude – aí repousa o seu mais alto mérito!”*

Dos dois últimos daqueles três doutrinadores existem na Biblioteca pessoal de António Sérgio exemplares dos livros publicados, se bem que de nenhum tenha havido, a fazer fé nos arquivos de Sérgio, troca de correspondência com ele. Pode ser que na Biblioteca Nacional elas estejam, na parte do espólio nela acolhido.

Numa dedicatória aposta em opúsculo de 1937, Tamagnini escreve “*ao amigo António Sérgio*”, o que dá claramente a entender que se conheceram.

E Godinho autografa, em Junho de 1938, a sua única obra que faz parte da Biblioteca pessoal de Sérgio do seguinte modo:

*“Ao eminente António Sérgio, brilhante espírito de cooperatista. Com a mais viva gratidão pelo muito que lhe deve a minha formação intelectual.”*

Emygdio da Silva tem livros publicados sobre temática cooperativa em 1911 e 1917; Tamagnini, tem-nos entre 1930 e 1935, se bem que já em 1915 fez publicar um opúsculo sobre cooperativismo; Godinho publicou em 1934 e 1938.

### **3.1 Fernando Emygdio da Silva (1886-1972)**

Professor de Finanças na Faculdade de Direito de Lisboa, este licenciado por Coimbra em 1907, Doutor desde 1911, foi Administrador de Banco de Portugal e no Estado Novo seu Vice Governador, depois procurador à Câmara Corporativa desde 1935, e relator do

2º plano de Fomento de 1954. Esteve ligado à criação do Jardim Zoológico de Lisboa e escreveu sobre várias temáticas: operariado e greves, colonialismo, finanças.

Dos dois livros escritos sobre a problemática da economia social, o primeiro ‘Seguros Mútuos’ foi a sua tese de doutoramento, e o que nos interessa, ‘Cooperativas de Consumo – sua técnica’, em edição da Cooperativa 29 de Dezembro, faz ressaltar o seu conhecimento da obra de Charles Gide. A defesa feita do federalismo cooperativo de tipo gideano certamente que influenciou a criação da Federação das Cooperativas de Consumo e respetivo congresso de 1921.

Aliás, Emygdio da Silva antecipou mesmo o fracasso da Federação, ao reconhecer que muitas das cerca de 200 cooperativas de consumo que existiriam no seu tempo não teriam condições de sobrevivência a prazo se isoladas (a seu pedido o Ministério do Trabalho deu-lhe o número de 370 como o das cooperativas que iniciaram a sua constituição, mas tal como hoje, há muita diferença entre as cooperativas constituídas e aquelas que efetivamente funcionam). E para que tal não acontecesse pugnou pela sua integração vertical, mas mais do que isso, pela ligação das cooperativas de consumo aos restantes tipos de cooperação (desenvolve especialmente as relações e os enfrentamentos entre cooperativas de consumo e de produção e de construção), numa ótica de intercooperação, logo podendo ser considerado, como diz Ferreira da Costa, como um precursor na defesa do Sector cooperativo.

O seu livro detalha alguns pormenores da organização e funcionamento interno das cooperativas de consumo: preços, vendas a crédito, relações com terceiros.

O seu nome fica, porém, ligado ao uso pela primeira vez do termo ‘retorno’ em substituição de ‘bónus’, em matéria de distribuição dos excedentes:

*“As expressões «dividendos» e «lucros», que, pela sugestão que elas exercem, empregámos como sinónimos dos bónus das cooperativas de consumo, devem no rigor da técnica entender-se como significando os retornos ou restituições (trop perçus, lhe chamam os Franceses) do que o sócio pagou à sociedade para além do preço do custo dos géneros comprados.”*

Reconhecendo o potencial da democracia cooperativa, ele está ciente, sobretudo quando refere as cooperativas de produção, que ela coloca entraves ao sucesso das cooperativas no mercado quando se exige uma resposta na hora a uma oportunidade de negócio.

Escreve ele algo que hoje é ainda verdadeiro:

*“Cooperativismo de produção significando eliminação do patronato capitalista e conseguinte acesso do operário à direção plena da empresa – facilmente se compreende – não está destinado a um êxito rápido. As faculdades de competência, rapidez e decisão exigidas, de resto, para a direção de uma empresa industrial não sei mesmo se em todos os casos poderão ser supridas pelo cooperativismo de produção, parlamentarista, isto é, com dependências múltiplas que podem estorvar a sua ação.”*

O livro foi escrito para as comemorações do 52º aniversário do Diário de Notícias, publicação onde o autor escrevia desde 1902. É um livro claro para o leitor, onde o autor revela um conhecimento aprofundado da teoria cooperativa, pelo que aqui deixamos o elenco dos capítulos tal como epigrafados:

1. Saudação.

2. Fundação das cooperativas de consumo. Seu desenvolvimento segundo os últimos dados estatísticos.
3. Noção e benefícios do cooperativismo de consumo.
4. Condições de venda: a) preços de venda; b) venda a contado; c) venda ao público; d) venda à família dos sócios.
5. Aplicação dos lucros da cooperativa. O sistema de repartição individual (cooperativas inglesas) e da afetação coletiva (cooperativas belgas). Integralismo cooperativo da escola de Nimes. Balanço.
6. Técnica de repartição individual dos lucros: a) distribuição em dinheiro; b) datas de distribuição, c) processo de calcular cada bônus.
7. Posição do capital e direitos dos sócios.
8. Utilidade das cooperativas profissionais (tal como hoje são chamadas as cooperativas formadas a partir de assalariados de determinada profissão. Por exemplo, a dos jornalistas do Diário de Notícias que foi inaugurada no dia da palestra transformada em livro (8).
9. A técnica interna das cooperativas de consumo e a guerra atual. Suas derrogações e sua influência. Colaboração com os poderes públicos e sua relação com a política de preços.
10. Concentração cooperativa no sentido da integração vertical. Processo de concentração: a) agência de informações; b) sindicato; c) cooperativa de vendas por grosso: Fins da concentração.
11. União cooperativa, nacional e internacional. Sua composição.
12. Extensão cooperativa no sentido da integração horizontal. Especialização e extensão. Condições e vantagens desta. A extensão cooperativa e a ordem de produtividade decrescente dos ramos da sua atividade.
13. Relações entre o cooperativismo de consumo e o cooperativismo de produção pelo que respeita à sua técnica.
14. Relações entre o cooperativismo de consumo e o cooperativismo de construção. Requisitos dos bairros operários.
15. Tratamento dos empregados e operários das cooperativas de consumo. O problema da admissão destes à participação nos lucros, à qualidade de sócios e gerentes.
16. O êxito das cooperativas de consumo na dependência das condições extratécnicas e não derivadas da ação do Estado. A boa administração e a influência do meio. Luta com o comércio.
17. O êxito das cooperativas de consumo na dependência da ação do Estado. O ponto de vista fiscal e o ponto de vista jurídico.
18. O cooperativismo de consumo em Portugal.
19. A Lei nº 599, de 14 de Julho de 1916, e o Código Comercial (que posso considerar a primeira lei de economia social portuguesa, pois permite às cooperativas de todos os tipos a constituição de associações de socorros mútuos, caixas económicas e sociedades de seguros mútuos).
20. O Diário de Notícias e a propaganda cooperativa.

O seareiro Sérgio terá certamente tido conhecimento do livro de Emygdio da Silva. As referências ao cooperativismo internacional, suas realizações e dados quantificados, bem como à escola de Nimes, com variada referência à problemática educativa, à independência cooperativa e relações com o Estado, a nova terminologia introduzida - a que Sérgio poderá ter recorrido para o seu conceito de extensão cooperativa a propósito do setor cooperativo -, a estruturação vertical do movimento, a abertura das cooperativas de consumo a terceiros e o seu relacionamento com demais ramos cooperativos, tudo foram temáticas que Sérgio viria a desenvolver décadas depois.

E nascem dois mistérios ligados entre si:

Por que razão, tendo ambos sido contemporâneos, se não relacionaram?

Por que razão Emygdio da Silva (algo semelhante viria a acontecer com António Maria Godinho) se desligou do cooperativismo a partir da publicação do seu livro?

A colaboração com o Estado Novo, e a política deste, serão o motivo para esse desligamento e para um não ou menor relacionamento por ambos os autores estarem em lado oposto ao de Sérgio na barricada?

### **3.2 Raúl António Tamagnini de Miranda Barbosa (1878-1939)**

Este tomarense é, sem qualquer dúvida, o maior influenciador do posterior trabalho de Sérgio e, se olharmos às publicações de Ferreira da Costa muitos anos mais tarde, também deste.

Já no Porto foi chefe das alfândegas, catedrático no Instituto Superior de Comércio, mas sobretudo cooperador ativo em várias cooperativas que ajudou a fundar. Porque conhecia os seus colegas nas lides cooperativas, os livros de Tamagnini não são tão profundos como o de Emygdio da Silva, visam antes levar a mensagem cooperativa ao maior número de cooperadores possível.

Em 1920 era deputado e introduziu na Câmara dos Deputados um projeto de lei para abolir os draubaques. Membro do Partido Republicano Radical, intervém no seu Congresso em 1924, mas desconhece-se como se posicionou no Estado Novo, se bem que o seu ataque ao diploma saído em 1933, por ele batizado de decreto-garrote, dê a entender que não estaria totalmente com ele sintonizado – mas, sendo Professor universitário e funcionário público ....

Escreveu três livros principais sobre ou com desenvolvimento da temática cooperativa, para lá de alguns opúsculos e textos de conferências, o primeiro deles em 1915 e o último em 1937. (9)

- Economia Política – A primeira edição data de 1916, a segunda de 1920, sendo a 3<sup>a</sup> edição editada pela Imprensa Social, Cooperativa do Povo Portuense, em 1936, e que nessa medida já inclui referências às obras que nesta lista se seguem;
- Modalidades e Aspetos do Cooperativismo – 1930, a sua obra de referência, que insere os seus opúsculos anteriores, nomeadamente o sobre ‘Cooperativas profissionais’ - a sua tese apresentada no Congresso Nacional Cooperativista de 1921 -;
- Direito Cooperativo – 1935, obra que veio certamente a inspirar o ‘As Cooperativas na Legislação Portuguesa’ de Ferreira da Costa, escrito décadas depois de acordo com idêntica sistematização.

Antes de passar ao conteúdo da doutrina contida nos livros deve referir-se ter Tamagnini Barbosa sido fundador em 1931 do Instituto Internacional de Estudos Cooperativos, organização sediada em Basileia, e presidida por Charles Gide. Nesse meio encontrou Alfred Nast, Bernard Lavergne e Vahan Totomianz. Pelo menos até 1934, Tamagnini participou nas atividades do Instituto, mas curiosamente nem ele, nem Sérgio, que se sabe ter também tido conhecimento da organização, escreveram uma linha que fosse sobre as

discussões que entre 1930 (Viena) e 1937 (Paris) ocorreram na Aliança Cooperativa Internacional em matéria de tabulação dos princípios cooperativos.

O Instituto não poderia passar ao lado deste passo histórico do cooperativismo mundial, que fez dos ditos ‘Princípios de Rochdale’ a cartilha orientadora do movimento cooperativo (10).

Mesmo que Gide tenha negado a afirmação de que a sua criação se tratou de uma cisão com os teóricos da Aliança (11).

Comprova-o a participação de Georges Fauquet, que era delegado francês na ACI, e que nessa qualidade participou na discussão em torno da tabulação dos Princípios, depois na reunião de 1934 do Instituto, ainda com Tamagnini constando da lista de presenças, apresentando a sua muito polémica tese sobre o ‘Setor Cooperativo’ (12), de que tanto ‘bebeu’ António Sérgio, e que veio destruir as visões do pai fundador Gide e do ‘primitivo’ Sérgio de que, via cooperativas de consumo, o cooperativismo dominaria toda a economia da Nação (Sérgio) ou República (Gide).

As teses presentes às sessões do Instituto eram seguidas de debate, sendo que o que se seguiu à apresentação da tese de Fauquet não contou com a intervenção de Tamagnini.

Como dissemos, a leitura de ‘Modalidades e Aspetos do Cooperativismo’ não me suscitou qualquer empatia, ao contrário do gosto com que li o trabalho de Emygdio da Silva.

Ferreira da Costa (13) escreve nessa onda:

*“... utilizando um estilo vivo facilmente apreendido pelas classes trabalhadoras, Tamagnini conseguiu o que pretendia: que o seu livro se tornasse um instrumento de trabalho nas mãos dos cooperativistas. Esta intenção releva a falta de profundidade, manifestada nalguns capítulos, de uma obra que inicialmente se destinava a ser apenas a compilação das suas teses, conferências e artigos sobre cooperativismo.”*

O livro abre com um Antelóquio em que diz que *“temos escassas duzentas e tal dessas sociedades (consumo), de vida acanhada, geralmente vegetativa, não temos uma única união cooperativa, esquecendo-nos de que é a união que faz a força”*.

Ao longo de 9 capítulos trata depois da cooperação em geral, das cooperativas de consumo, das de produção, das de crédito, das mistas, das complexas, das especiais e termina com um capítulo estatístico e outro sobre legislação cooperativista.

É a natureza das cooperativas que leva a esta separação capitular.

Diz Tamagnini:

*“... quanto à sua natureza as cooperativas não podem apenas classificar-se, como à primeira vista se poderia supor, em cooperativas de consumo, produção e crédito, mas sim em: consumo; produção; crédito; mistas; complexas; e especiais.”*

Para ele seriam cooperativas de produção as de transformação, extrativas e de transporte; seriam cooperativas complexas as de instrução, educação profissional; seriam especiais as maternais, creches e de seguros.

Mas vai ainda mais longe ao analisar a tipologia das cooperativas de consumo:

*“É necessário ainda vermos um terceiro aspeto debaixo do qual se podem estudar as sociedades cooperativas, realmente interessante, que é o que resulta da maneira como*

*elas procedem à distribuição e aplicação dos seus lucros. Nesta conformidade, as cooperativas podem ser: individualistas, socialistas e intermédias”.*

Nas individualistas ainda se distinguiriam as que distribuem todo o lucro para capital; as que levam parte a capital, e parte é distribuído pelos consumidores (bónus de consumo); as que distribuem todo o lucro como bónus (o caso da sua Cooperativa de Funcionários públicos do Porto). As socialistas, que seriam as filiadas no Partido Socialista Português, distribuiriam os lucros por obras de interesse social e de propaganda dos ideais socialistas (dá como exemplo a ainda hoje viva Cooperativa do Povo Portuense). As intermédias, que diz serem as não filiadas no PSP, distribuiriam parte para obras de solidariedade e outra parte entre os associados (exemplifica com a também viva Cooperativa de Ramalde).

Porém, o que mais nos chamou a atenção na análise que faz das cooperativas de consumo foi o diagnóstico das suas dificuldades, já que sete décadas depois muito dele se mantém de atualidade.

Enumera Tamagnini:

- descrença no cooperativismo;
- má fé de alguns indivíduos;
- espírito mercantilista dos gerentes e outros empregados;
- suborno pelos comerciantes aos compradores nas cooperativas;
- burocracia reacionária com o seu espírito rotineiro e hábitos bafientos;
- ignorância e medo dos lavradores, que os não deixam entrar em transações diretas com as cooperativas de consumo;
- falta de organismos cooperativistas de crédito.

Foi contra este tipo de diagnóstico que Sérgio construiria o seu plano de ação: incutir nos dirigentes e cooperadores a doutrina cooperativa; educar na e pela cooperação; analisar as relações entre os diferentes tipos de cooperativas e ver as sinergias que se poderiam retirar para o desenvolvimento do cooperativismo; pugnar pela criação de um banco cooperativo; separar claramente as tarefas diretas das tarefas de gestão nas cooperativas; levar os cooperadores a participar na vida interna das cooperativas através da criação de comissões várias: culturais, técnicas ou de mulheres.

Quando trata das cooperativas de produção percebe-se que inclui nelas, mormente na industria extrativa, as cooperativas agrícolas. Diz que não concorda que se separem as cooperativas agrícolas das industriais. Sérgio também hesitou muito até ‘alforriar’ as cooperativas agrícolas.

Falando de cooperativas de crédito, que diz serem 94 em 1930, Tamagnini antecipa Sérgio quando escreve:

*“... eu tenho pensado no entanto que, logo que o cooperativismo seja alguma coisa, ou queira ser alguma coisa em Portugal, o que seria necessário, imprescindível mesmo, era que se fundasse, pelo menos, um banco cooperativista, ou tantos quantas as federações, ou uniões regionais....”*

Tirada curiosa é ainda aquela em que refere serem os padres católicos os maiores inimigos das cooperativas de crédito agrícola.

Cooperativas mistas para Tamagnini seriam as que tinham por objeto simultaneamente a produção e o consumo; o consumo e o crédito, o crédito e a produção, e o consumo, a produção e o crédito. A sua Cooperativa dos Funcionários Públicos tentou desenvolver a atividade creditícia, mas ele lamenta-se : *“Infelizmente a deficiência de educação social da nossa gente, principalmente porque a não recebem nas escolas, e a falta de espírito coletivista, não têm deixado prosperar esta cooperativa...”*

Cooperativas complexas são para Tamagnini *“as que, afetando qualquer das formas anteriores, têm em mira algum outro fim reservado, caracterizado de elevada função social, genuinamente cooperativista, o que as distingue das mistas pela última parte e das especiais pela primeira”*.

E exemplifica com as cooperativas de educação profissional que seriam as que *“têm por fim especial, a par de uma bela obra de assistência, a criação da sociedade cooperativa de amanhã, o avigoramento da ideia, tornada forte e indestrutível pela evidência dos factos e pela ligação perpétua dos educandos à instituição que os tornou homens de bem ... propagandistas apaixonados da solidariedade cooperativista”*.

Nova referência ao sistema de ensino luso surge no capítulo sobre as cooperativas especiais:

*“ Quando será que em Portugal se enveredará por esse caminho, deixando de ensinar nas escolas tanta patacoada inútil, para ensinar aquilo que a todos convém saber, que é a teoria e prática do cooperativismo?”*

Nem ele, nem Sérgio, foram ainda ouvidos pelos responsáveis educativos que se foram sucedendo nos governos nacionais, fossem do Estado Novo, sejam os da República saída de Abril.

Neste capítulo das cooperativas especiais, classifica as espécies de cooperativas pelas funções sociais desempenhadas. Teríamos cooperativas de previdência - as de seguros mútuos, de reforma e de seguros; e cooperativas de beneficência – as maternais, os lactários e dispensários cooperativos e as cooperativas de instrução.

Finalmente, registre-se que seriam 365 as cooperativas existentes em Portugal em 1930 (existe listagem com nomes e número de sócios), das quais 150 de consumo, 37 de produção, 98 de crédito (94 noutra parte do livro), 52 mistas, 20 complexas e 8 especiais.

O capítulo final, sobre a legislação cooperativista, é desenvolvido 5 anos depois em livro específico.

Antes de falar dele, diga-se que Charles Gide refere-se ao livro de Tamagnini na ‘*Révue d’Économie Politique*’ e numa carta pessoal que lhe terá endereçado antes da sessão fundadora do Instituto Internacional de que ambos forma membros. Tamagnini chegou a convidar Gide, já octagenário, a vir a Portugal, mas nunca concretizou a viagem. Portugal esse que Gide considerava estar ‘*três en retard*’ em matéria de ensino do cooperativismo nas escolas oficiais.

Na Introdução do ‘*Direito Cooperativo*’, livro que Ferreira da Costa considera estar na linha do anterior por ser ‘*discutível*’ quanto a partes do conteúdo, mas ser *“obra de amplos reflexos entre os cooperadores portugueses”* e que *“correu de mão em mão,*

*transformando-se progressivamente numa arma de defesa das cooperativas contra a pressão crescente do fascismo”, que “ajudou cooperativas a resistirem aos processos em tribunal”, há duas passagens que me chamaram a atenção, sendo que uma delas me leva a alterar o que escrevi noutras publicações.*

Escreve que a União das Cooperativas do Norte de Portugal tinha uma secção de crédito, a *“primeira caixa cooperativista fundada no nosso país, não tendo em conta as «caixas de crédito agrícola», de iniciativa oficial...”*.

Ora, sempre escrevi que tinha havido intervenção pública na criação do movimento cooperativo agrícola na época do Estado Novo, mas nunca o fiz quanto às caixas de crédito agrícola, estas nascidas a partir de 1911, pelo Decreto de 1 de Março, da autoria de Brito Camacho.

Escreve também: *“... tenho a íntima convicção de que o Código do Cooperativismo há de ser um facto dentro em breve em Portugal...”*, algo que Sérgio retoma no seu plano de ação, e que o próprio movimento já vinha pedindo. Exemplifica com idênticas iniciativas na Espanha republicana (Lei de 9/9/1931), na China (Lei de 16/1/1934), na França (Lei de 7/3/1917) e no México (Lei de 27/5/1933).

São cinco os capítulos do livro:

1. Disposições legais referentes a todo o Cooperativismo. A lei basilar do Cooperativismo Português.
2. O Cooperativismo de Consumo perante a Lei.
3. O Cooperativismo de crédito e o Cooperativismo agrícola na sua forma legal.
4. Cooperativismo de habitação, ou de construção de casas.
5. Outros ramos do Cooperativismo dos quais tratam vários decretos publicados no nosso país. (14)

Alguns breves pontos referidos nos capítulos: no primeiro há que mencionar que foi Tamagnini que batizou de ‘lei basilar’ o diploma de autoria de Andrade Corvo, datado de 1867, diploma que foi a segunda lei cooperativa a nível mundial.

Refira-se a propósito, que nas vésperas da entrada em vigor do Código Cooperativo ainda se discutia se toda a Lei Basilar fora revogada pela entrada em vigor do Código Comercial de 1888, de Veiga Beirão, e que muitos defendiam a tese negativa. Tamagnini defendeu essa posição de revogação parcial.

No segundo capítulo, a propósito do Decreto 3618 de 27 de Novembro de 1917 (avise-se em parentese que muitos diplomas desta altura eram, entre outros, assinados por um João Tamagnini Barbosa, personagem nascida em Macau, que chegou a ser Primeiro Ministro após o assassinato de Sidónio Pais, mas que não se sabe se seria familiar de Raul) fala-se de um problema que ciclicamente se coloca no cooperativismo português, e que o pós Abril decidiu não implementar, o da *“vigilância e fiscalização das cooperativas que pedem empréstimo”*.

Refira-se também o *“ataque insólito ao cooperativismo”* que foi a publicação do Decreto 22513, de 12 de Maio de 1933.

Sobre ele escreveu Tamagnini:

*“Enfim o decreto-garrote tem tanto de bárbaro e iníquo como de absurdo, e a sua doutrina, absolutamente anti-cooperativista, deve ser inteiramente revogada com a publicação do futuro «Código cooperativista»”*

Ferreira da Costa chamou-lhe Lei garrote, expressão que é normalmente usada hoje, mas tratando-se de um Decreto a expressão de Tamagnini deveria ser a usada.

No quarto capítulo surge-nos, meia dúzia de anos antes de Sérgio ter escrito sobre o assunto, uma ampla referência à figura das régies cooperativas, com exemplos da sua aplicação na Europa. A explicação desta antecipação é simples. Lavergne era colega de Tamagnini no Instituto Internacional de Estudos Cooperativos. Certamente que Tamagnini sabia do livro de Lavergne sobre as régies publicado em 1927. Se o não sabia, assistiu à sessão de 1934 do Instituto em que Lavergne apresentou um trabalho sobre a concorrência entre as cooperativas e os municípios, com amplas referências às régies. (15)

Tamagnini diz ser *“a régie-cooperativa uma sociedade constituída segundo os preceitos das leis de cada país aplicadas à forma cooperativa, na qual podem entrar: o Estado, um município ou vários municípios, os consumidores ou vários beneficiários dos seus produtos e os próprios produtores.”*

Estamos perante a nossa cooperativa de interesse público da legislação de 1984.

E mais à frente critica a deturpação doutrinal (que eu venho criticando também há muito sem antes conhecer esta referência de Tamagnini) que teve origem na Bélgica, quando as régies foram largamente implementadas para recuperar o país no pós guerra. Diz ele *“nessa régie eu introduzo uma pequena variante, que na Bélgica não existe, que é a participação dos produtores”*.

Entre nós, deveu-se a escritos de Sérgio o ‘mal entendido’ póstumo derivado da publicação da Lei 31/84 sobre as cooperativas de interesse público e sua equiparação às régies.

Sérgio escreveu na ‘Introdução a «Régies Cooperativas», de 1938:

*“O que é uma régie cooperativa?”*

*É uma cooperativa de consumo (produtora) na qual os membros, em vez de indivíduos (como nas cooperativas ordinárias), são unicamente pessoas morais: Estado, províncias, distritos, municípios, estabelecimentos públicos, etc. Os objetos ou serviços que a régies ministra distribuem-se pelo custo de produção (retorno do excedente no fim do ano), e os vários indivíduos utilizam-se deles, não neste caso de maneira direta, mas indiretamente, através de uma daquelas pessoas morais, sócias da régies cooperativa, de que os ditos indivíduos fazem parte”*.

Sérgio não reconhece a participação direta dos indivíduos na régie, o que lhe critico há muito. Fáz-lo, porém, a cooperativa de interesse público na legislação portuguesa, e daí que eu não aceíte qualquer equiparação entre as duas figuras. (16)

No derradeiro capítulo, lembrando o que atrás referimos, o dever ser a Lei 599 de 14 de Junho de 1916 considerada a primeira lei de economia social portuguesa, por permitir entrelaçar cooperativas e mutualidades, relevo o diagnóstico de problemas relativos à falta de participação cooperativa, para mim o verdadeiro cancro de que padece, ainda

hoje, o cooperativismo, e ao aproveitamento *“dos benefícios que uma cooperativa pode proporcionar”* por *“pessoas estranhas a essa cooperativa”*.

O livro inclui no final uma listagem das 166 cooperativas do continente e ilhas que foram sócias da Federação Nacional das Cooperativas de 1920.

No ‘Economia Política’, 3ª edição de 1936, resume o que escreveu nas duas obras anteriores, com profusão de dados do que representa o cooperativismo cá e noutros países. Divulga assim a um público universitário a problemática da cooperação, exemplo que muito poucos seguiram até aos dias de hoje nas nossas universidades. Também fala das associações e das mutualidades.

O livro inclui um ‘Esquema da história e evolução da Ciência Económica’, da ‘Antiguidade’ até à ‘Idade contemporânea’, de muito interesse. Nesta última idade vamos encontrar, entre as escolas intervencionistas (que contrapõe à Escola clássica, liberal, ortodoxa e à Escola socialista) uma Escola cooperativista, sendo seus vultos Gide, Lavergne, e José Frederico Laranjo em Portugal. Para ele seriam Escolas intervencionistas, ainda, a Histórica ou do Socialismo de Estado, a Escola da Economia Política Nacional, a Escola Católica e a Escola Solidarista.

A terminar referência a três outros textos que fez publicar.

No 2º Congresso do Instituto Internacional de Estudos Cooperativos, realizado de 10 a 12 de Outubro de 1932, em Paris, apresentou a tese sobre a ‘Organisation du Travail Coopératif’, dedicada depois à redação da Seara Nova, no opúsculo editado pela Tipografia Gonçalves do Porto.

Nela se revela como discípulo gideano, quer no modo como se devem organizar e relacionar as cooperativas de consumo, quer na respetiva estruturação vertical até ao nível confederativo.

Disserta depois sobre o ‘trabalho cooperativo’ e seu modo de organização, revelando conhecer o trabalho do departamento de cooperativas da OIT dirigido por Albert Thomas (departamento que, depois, haveria de ser assumido por Georges Fauquet e por Maurice Colombain, ambos autores que Sérgio e discípulos fizeram divulgar entre nós).

O trabalho cooperativo para Tamagnini conduz ao desaparecimento do desemprego e dos stocks. Ele - traduzimos do original francês - seria *“...o único em que a produção pode ser metódica, nem a menos nem a mais, fornecendo apenas o necessário, pois é determinada pela capacidade de consumir, que só a Direção da União pode saber, face ao que os societários requerem, para cada tipo de mercadorias, o que não acontece com o trabalho capitalista nem com o trabalho sindical”*.

Tamagnini preconiza mesmo que os trabalhadores assalariados das cooperativas sejam transformados em trabalhadores cooperativos, devendo para tal ser associados das cooperativas para que prestam serviços, posição de atualidade nem sempre compreendida pelos dirigentes das cooperativas modernas.

Os membros do Instituto Internacional acabaram a prefaciando mutuamente os livros que foram publicando e as traduções deles que noutros países ocorreram. Foi assim que

Tamagnini traduziu a obra de Totomianz, anotando-a e prefaciando-a, e viu Alfred Nast e o próprio Totomianz prefaciarem a sua.

O prefácio à obra de Totomianz, em que cita Gide e Tolstoi, é muito breve, e dele apenas me merece aqui destaque a passagem em que reivindica que o “... estudo do Cooperativismo entre gradualmente nos programas da nossa instrução oficial, desde a primária à superior, e, em geral, por todo o povo consumidor”.

A sua última obra conhecida, ‘Crítica do Presidente da Assembleia Geral ao Relatório da Direção da Cooperativa dos Funcionários Públicos da Distrito do Porto da Gerência de 1937’, cooperativa que Tamagnini ajudara a criar em 1916, merece nota por comprovar a dificuldade do criador em se libertar da criação. Sem obviamente referir quem tem razão na disputa, Tamagnini pretende reaver o capital investido por si e seus filhos (17) e dinheiro do seu bolso que adiantou para fazer face a execuções fiscais que a cooperativa enfrentou, e a cooperativa não o pretende reembolsar. Daí surge todo um libelo histórico eivado de acusações e de atos jurídicos.

O episódio é chamado à colação apenas porque demonstra vícios ainda atuais no cooperativismo luso: a perpetuação no poder dos fundadores e de um grupo por si escolhido de entre os membros ‘fiéis’, que origina a falta de rotatividade nos órgãos de gestão, com conseqüente incapacidade de preparação dos dirigentes que se sucederão nos órgãos, um dia em que seja necessário, à força, muitas vezes por morte dos dirigentes, substituí-los.

### 2.3. António Maria Godinho (1904-?) (18)

Este lisboeta foi professor universitário tendo-se doutorado com uma tese sobre ‘Bancos Cooperativos’. Foi catedrático no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e Reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 1972 a 1977. Foi deputado à Assembleia Nacional na XIª legislatura.

A sua obra sobre temática cooperativa é escrita entre 1932 e 1938 e dotada de ampla bibliografia sobretudo internacional. Estava a par do que fez o Instituto Internacional de Estudos Cooperativos, a Escola de Nimes ou os primeiros historiadores do cooperativismo mundial como Jean Gaumont em França, ou Louis de Brouckère na Bélgica, mas conhecia também os principais autores britânicos como Beatrice e Sidney Webb, Infield, e os mais antigos Owen e Holyoake. Daí que ‘Bancos Cooperativos’ comece com uma introdução longa de quase 100 páginas sobre a história, a realidade, as ideias e objetivos da cooperação, bem como sobre o cooperativismo em Portugal, este numa análise feita a partir dos diplomas jurídicos publicados, muito ao jeito do que já fizera Tamagnini.

Escreveu:

‘A Sociedade das Nações e o Crédito Agrícola Internacional’ em 1932;

‘Seguros Mútuos’ em 1933;

‘Charles Gide: breve estudo sobre a vida e obra do grande economista francês’ em 1934.

‘Bancos Cooperativos’ surge 4 anos depois em 1938.

Conheceu a obra de Emygdio e de Tamagnini, os autores da mudança de século, de José Frederico Laranjo a João Ulrich, mas cita já Sérgio com o ‘Introdução Atual ao Programa Cooperatista’ de 1937, e faz uma referência aos seus artigos e conferências, apelidados de ‘notáveis’. De Sérgio disse que *“tem dedicado especial carinho aos sugestivos e atraentes problemas da cooperação”*.

Defendeu a feitura de um Código Cooperativo: *“Organizar o cooperativismo português, publicando – à semelhança do que em tantos países se tem feito – um Código Cooperativo, difundir e propagar o ensino da doutrina cooperatista (19) é, a nosso ver, prestar à nação um serviço de incontestável alcance social”*.

Separa as associações cooperativas de crédito (sejam as do sistema Raiffeisen, rurais, sejam as do sistema Schulze-Delitzsch, urbanas) dos Bancos cooperativos. (20)

Define *“Banco Cooperativo como um organismo constituído por sociedades cooperativas e por indivíduos, que, acumulando os fundos coletivos das primeiras, e as economias dos segundos, cuida da sua administração, abre créditos às empresas cooperativas e auxilia a satisfação das necessidades pessoais de crédito dos seus membros, destinando os excedentes não só aos acionistas, mas sobretudo aos clientes ou a fundos de reserva”*.

Disserta depois sobre os fundos e operações dos bancos cooperativos e termina com a referência à necessidade de um Banco Cooperativo Internacional e anexando uma proposta de estatutos para o Banco Cooperativo Nacional a criar.

Na mesma ótica, duas décadas depois, Sérgio publica no Boletim Cooperativista nº 63, de Dezembro de 1958, um artigo intitulado ‘Notas sobre Caixas Cooperativas de aforro e crédito’, em que começa por fazer idêntica separação entre elas e o Banco cooperativo, temática que desde o início da sua obra foi um dos seus cavalos de batalha.

#### **4. Posfácio**

Neste tipo de escrita começa-se pensando seguir uma linha pré-planificada e acaba-se sempre por ir mais longe do que se pensou, o que demonstra a riqueza da temática e a vontade de difundir o mais possível de cooperativismo pelo público à menor oportunidade.

Os meus colaboradores na CASES, os que na organização comigo trabalham (cum + labore), ficam intimados a pensar no que dito fica. Não há razão plausível para que não transmitam a outros a sua aprendizagem do cooperativismo. Muito há por investigar, muito por construir. Por isso não os convido. É seu dever fazê-lo e prestarem-se à discussão das suas ideias.

A inclusão do cooperativismo no conceito de economia social alarga ainda mais a necessidade de investigação de vias intercooperativas, partindo quase sempre de ensinamentos do que outros antes escreveram, e acrescentando-lhes a experiência e pensamento próprios de cada um.

Já se disse que o sector está ‘na moda’. Muitos são os que lhes copiam características próprias, que já eram as suas no século XIX, como a responsabilidade social ou o

crowdfunding. E não queremos desenvolver, porque o fizemos noutra altura, a problemática da empresa social.

É, por isso, que todos os que ao sector pertencem devem conhecer o seu passado, presente e discutir os caminhos de futuro. Falando depois a uma só voz, mas voz que reflita o peso social e económico que o cooperativismo, o mutualismo e o associativismo assumem na sociedade em que vivemos.

O que este trabalho tenta dizer a todos é que Sérgio continua a ser um farol, mas que quem o montou foi buscar as peças a diversos locais, e que esses locais devem ser conhecidos, ainda que possa existir pouca informação, ou informação ainda não conhecida na plenitude. Faça-se luz, diminuam-se as perguntas sem resposta, mas se for necessário coloquem-se novas questões para que outros a elas possam responder, mantendo-se assim ativos elos numa cadeia investigativa.

João Salazar Leite

---

- (1) O Boletim Cooperativista pode hoje ser lido na íntegra no site da Cases – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social em [www.cases.pt](http://www.cases.pt)
- (2) Os livros escritos aproveitando o impulso do Ano Internacional das Cooperativas 2012, decretado pela Organização das Nações Unidas são:
  - Boletim Cooperativista. António Sérgio e discípulos. Edição CASES, outubro de 2012
  - Boletim Cooperativista. Fernando Ferreira da Costa. Edição CASES, maio de 2013
  - Boletim Cooperativista. O cooperativismo nas ex-colónias. Em [www.cases.pt](http://www.cases.pt), Comunicação, Publicações, maio de 2013
  - Mulheres e Cooperativas. Do Boletim Cooperativista à Atualidade. Em [www.cases.pt](http://www.cases.pt), Atividades, Estudos e Publicações, fevereiro de 2014.
- (3) Palestra proferida na Casa António Sérgio a 26 de Janeiro. Havia sido antecedida por outra proferida a 23 de Janeiro, na Escola António Sérgio em Vila Nova de Gaia, por ocasião dos 130 anos da escola. Ambas realizações enquadraram a data do falecimento de Sérgio, 24 de Janeiro.
- (4) O texto de Faustino Cordeiro está digitalizado e introduz, no site da CASES, a edição integral do Boletim Cooperativista. A CASES disponibiliza ainda o Boletim do Conselho Central de Cooperativas de Lisboa e Arredores, que antecedeu o Boletim Cooperativista.
- (5) Na obra coletiva de Sérgio e discípulos intitulada ‘O Cooperativismo – Objetivos e Modalidades’, cuja primeira edição do autor data de 1958, inclui-se um artigo de Luísa Maria Simões Raposo Ribeiro sobre cooperativas escolares. Luísa Ribeiro foi uma das aderentes aos debates do Ateneu Cooperativo, e tem artigos seus publicados no Boletim Cooperativista na fase da aproximação entre os ‘homens’ do Ateneu e os do Boletim.
- (6) O exílio em Paris foi motivado pelo fracasso da revolta de 7 de Fevereiro de 1927, e o regresso a Portugal só ocorreu depois de ter sido amnistiado.
- (7) Em ‘Temas Cooperativos do Após-Guerra’, Edição INSCOOP, 1979, Fernando Ferreira da Costa escreve (pág.98) que dele faziam parte Rodrigues Graça, Desidério Costa, Ernesto Nunes Pereira, Fernandes Moreira e os três jovens que Sérgio pôs a fazer o Boletim: o próprio Ferreira da Costa, João Sá da Costa e Maria Lúcia Nobre. Chama-lhe gabinete sombra. É Hipólito dos Santos que o apelida de ‘gabinete de vigilância’.

(8) Em livro posterior de Tamagnini Barbosa é incluída, em Anexo, uma listagem das cooperativas existentes, e nela já não aparece a cooperativa do Diário de Notícias. Nessa lista encontramos, e não me refiro a todos, os seguintes grupos profissionais cooperativizados: manipuladores de pão, canteiros, correiros, corticeiros, criados de mesa, catraeiros (esta cooperativa ainda funciona hoje no Porto de Lisboa), condutores auto, cozinheiros, cortadores.

(9) Deixamos de fora livros de poesia, sobre o seu trabalho relacionado com as alfândegas ou como catedrático, para mencionar apenas os livros e outros trabalhos sobre temática cooperativa:

- 1915 – Do Cooperativismo em Geral e em especial do Cooperativismo Feminino
- 1916 – Influência dos «Drawbacks» no Desenvolvimento das Cooperativas e Sindicatos
- 1921 – Cooperativas de Educação Profissional. Sua Influência no Desenvolvimento de Todo o Cooperativismo
- 1923 – Cooperativas de Restaurante e Café
- 1932 – L'Organisation du Travail Coopératif
- 1934 – Le Ravitaillement International des Sociétés Coopératives de Consommation
- 1935 – O Cooperativismo e a Habitação
- 1937 – Crítica do Presidente da Assembleia Geral ao Relatório da Direção da Cooperativa dos Funcionários Públicos do Distrito do Porto.

(10) Entre outros, ver o meu 'Princípios Cooperativos', Edição Imprensa Nacional, 2012, p.15 e segs. Está em curso nova discussão dos princípios cooperativos, esperando-se para daqui a dois anos, 2017, um conjunto de textos interpretativos do significado de cada um deles. O elenco de princípios manter-se-á, tudo o leva a crer, o definido no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional de 1995.

(11) Ver o artigo de Charles Gide publicado na Revue d'Études Coopératives nº 41, outubro a dezembro de 1931. A nota de pé de página inicial dá conta do nome dos fundadores do Instituto, vindo Tamagnini referido como professor da Escola Superior de Comércio do Porto.

O artigo traz acoplado o Estatuto do Instituto, em cujo artigo 1º se pode ler que ele “... *se absterá de imiscuir a qualquer grau no funcionamento das organizações representativas do movimento cooperativo*” e, duas alíneas depois, que “... *entende colaborar com todas as organizações cooperativas e, em particular, com a Aliança Cooperativa Internacional*”.

(12) Ver o artigo de Georges Fauquet na Revue d'Études Coopératives nº 54, janeiro a março de 1935.

(13) Ver Doutrinadores Cooperativos Portugueses, Edição Horizonte Universitário, 1978, pág. 28/29.

(14) Ver em As Cooperativas na Legislação Portuguesa, de Fernando Ferreira da Costa, Livraria Petrony, 1976, mormente no Ensaio introdutório, como houve ‘inspiração’ do trabalho de Tamagnini.

(15) Ver na Revista referida na nota 12.

(16) Venho-o escrevendo há muitos anos em sucessivos textos, mas por todos ver ‘Enquadramento Histórico-social do Movimento Cooperativo, Edição INSCOOP, de 1993.

(17) A Sociedade Cooperativa Humanitária de Todas as Classes (Consumo, Produção e Construção de Lordelo do Ouro) publicou em 1955 uma conferência de Jaime Tamagnini Barbosa, seu filho, intitulada ‘Algumas considerações sobre Cooperativismo e da utilidade da sua difusão’ em que ele faz referência à obra do Pai, dizendo ir decepcionar quem pretendesse medir a sua charla pelas do progenitor. Na Conferência, Jaime Tamagnini desenvolve longamente o reduzido interesse luso pelo importante modelo das régies cooperativas.

(18) Desconhece-se a data da morte. A wikipédia pede que alguém introduza os dados biográficos de Godinho. Em 1977 ainda prefaciou um livro de Ferreira da Costa. Terá morrido depois. Na Biblioteca Nacional, a bibliografia disponibilizada informaticamente nem sequer inclui o seu principal livro, Bancos Cooperativos.

(19) Explica-se Godinho: “*Adotámos as palavras cooperatismo, cooperatista, para o que se refere à doutrina, e cooperativo, cooperativismo, etc., para o que se refere às instituições cooperativas.*”

(20) As caixas de crédito agrícola mútuo inserem-se no movimento Raiffeisen. As caixas de poupança (aforro, dizia Sérgio) e crédito do tipo Schulze-Delitzsch não existem em Portugal. A Constituição da República Portuguesa diz que é livre a constituição de cooperativas, mas depois o Banco de Portugal não lhes tem concedido autorização para operarem, o que consideramos uma clara violação constitucional, com graves prejuízos para as cooperativas portuguesas, por terem de recorrer à banca privada para se financiarem, banca esta que as trata como uma qualquer outra empresa, não olhando às suas especificidades organizativas próprias. O mesmo se diga para os bancos cooperativos, de que conhecemos duas tentativas de constituição no pós Abril, uma delas mesmo protagonizada por um ministro da Justiça de Sá Carneiro.